JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.494 – Brasília, sexta-feira, 5 de agosto de 2011

Lia de Paula/Senado Federal

CI convida ministro dos Transportes a explicar denúncias

Requerimento aprovado em comissão do Senado destina-se a ouvir Paulo Sérgio Passos sobre irregularidades apontadas por revista

Um convite ao novo ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, foi aprovado ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para que compareça ao Senado e possa explicar denúncias da revista *IstoÉ*. Segundo a reportagem, R$ 78 milhões teriam sido liberados para obras com indícios de irregularidades apontados pelo TCU. A proposta do senador Alvaro Dias previa a convocação do ministro, mas, com a mudança para convite, a aprovação acabou acontecendo por unanimidade. 3

O líder tucano, Alvaro Dias, aceitou sugestão de Walter Pinheiro, do PT, para trocar a convocação por convite, obtendo assim o apoio de todos os senadores ao requerimento que pede a presença do ministro no Senado

Plenário vota semana que vem MP do Empreendedor

Medida provisória reduz de 11% para 5% a alíquota previdenciária a ser paga pelo microempreendedor individual. Proposta perde validade após o dia 18. 2

Waldemir Barreto/Senado Federal

Marta Suplicy (*C*) abre homenagem à lei, ao lado de Sérgio Souza, Ana Rita, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin

Lei Maria da Penha faz cinco anos e é exaltada

Em concorrida sessão solene realizada ontem, senadores destacaram importância da medida para a proteção da mulher. 4 e 5

José Cruz/Senado Federal

Francisca Picanço, senadora Ana Rita e Rosane Mattos: desconfiança entre índios

Falta consenso sobre projeto para preservar línguas indígenas

Segundo representante dos povos indígenas, Rosane Mattos, comunidades temem que ensino de idiomas vire arma a favor de posseiros. 6

Educação pode ter 50% do Fundo Social 6

Imposto maior para bebidas alcoólicas 6

Geraldo Magela/Senado Federal

Senador Waldemir Moka (*apontando*) coordenou os debates na CRA

Agronegócio cobra revisão de regras para o Mercosul

País se beneficia no setor de manufaturados, mas sofre invasão de produtos agrícolas dos países vizinhos, dizem representantes do setor. 8

Comissão envia voto de solidariedade à Noruega 7

Geraldo Magela/Senado Federal

Novos embaixadores para Egito e Costa Rica aprovados

Marco Antonio Diniz Brandão foi aprovado para o cargo no Egito e Maria Dulce Silva Barros, para a embaixada na Costa Rica. 7

Embaixador Marco Antonio Brandão, senador Fernando Collor e embaixadora Maria Dulce Silva Barros durante a sabatina de ontem

Proposta do governo diminui de 11% para 5% a contribuição previdenciária mensal incidente sobre o salário do microempresário individual. Prazo para decisão é até o dia 18, do contrário medida perderá a validade

Plenário vota semana que vem MP que reduz alíquota de microempreendedor

SERÁ VOTADO NA próxima semana o Projeto de Lei de Conversão 19/11, decorrente da Medida Provisória 529/11, que reduz de 11% para 5% a alíquota incidente sobre salário, paga pelo microempreendedor individual como contribuição à Previdência Social. Lido no Senado no dia 13 de julho, o projeto tranca a pauta do Plenário e deve ser votado até o dia 18 ou perderá a validade. O relator é o senador Armando Monteiro (PTB-PE).

Para mudar a alíquota da Previdência, a MP altera a Lei 8.212/91, que dispõe sobre Plano de Custeio e da Seguridade Social. A alíquota anterior, de 11%, representava ao microempreendedor individual uma despesa mensal entre R$ 60 e R$ 65 com Previdência Social. A MP reduz esse pagamento para valores entre R$ 27 e R$ 33. A esse valor soma-se R$ 1, se for devido o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e R$ 5, se for devido o Imposto sobre Serviços (ISS), conforme o tipo de atividade.

A MP beneficia também donas de casa de famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal e cuja renda mensal seja de até dois salários mínimos (R$ 1.090). Elas poderão pagar apenas 5% do salário mínimo à Previdência como seguradas facultativas. Com essa medida, essas donas de casa poderão receber benefícios previdenciários como aposentadoria por idade, auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte.

Portadores de deficiência também foram beneficiados pela medida provisória. Com a lei, crianças com deficiência intelectual ou mental podem constar como dependentes de seus responsáveis na Previdência Social. Esses dependentes poderão receber pensão em caso de morte do segurado. Outra mudança permite aos pensionistas que passem a trabalhar como aprendizes a continuidade do recebimento do benefício de prestação continuada (BPC) de um salário mínimo.

Os dois benefícios foram incluídos na MP por meio de emendas na Câmara dos Deputados, onde foi relatada pelo deputado André Figueiredo (PDT-CE).

Waldemir Barreto/Senado Federal

Armando Monteiro é relator da MP, que perderá validade no dia 18

O que propõe a medida provisória

Proposta do governo, já aprovada na Câmara dos Deputados, reduz de 11% para 5% a alíquota previdenciária cobrada dos microempreendedores individuais

	ALÍQUOTA	DESPESA MENSAL
Lei 8.212/91	**11%**	**R$ 60** a **R$ 65**
MP 529/11	**5%**	**R$ 27** a **R$ 23** + **R$ 1** se for devido ICMS; **R$ 5** se for devido ISS

Foto: Stock.XCHNG

Ipea aponta aumento de MPs orçamentárias após emenda de 2001

A mudança nas regras para edição de medidas provisórias, aprovada pelo Congresso Nacional há dez anos por meio da Emenda Constitucional 32, transformou o comportamento do Executivo em relação às MPs. A intenção da reforma era reduzir o número de medidas provisórias que vinham sendo editadas pelo governo federal. A emenda, porém, trouxe resultado diferente.

Estudo divulgado nesta semana pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou que a EC 32 diminuiu o número de MPs que tratavam de políticas públicas – média de 59% em comparação ao período anterior ao da emenda. Em compensação, o número MPs sobre questões orçamentárias cresceu 300%.

Para chegar a essas conclusões, o Ipea avaliou os textos originais de 782 MPs editadas de janeiro de 1995 até dezembro de 2010, independentemente do resultado legislativo. A análise demonstrou que a EC 32, aprovada em 2001, reduziu de forma relevante o uso de MPs para a produção ou alteração de leis e de políticas públicas, mas também aumentou de forma acentuada seu uso para a abertura de créditos adicionais ao Orçamento da União.

O porquê desse efeito ainda não está claro para o instituto, que deve fazer um novo estudo para analisar a questão. "Precisamos entender esse aumento e as implicações dele, essas medidas podem estar modificando unilateralmente o Orçamento aprovado pelo Congresso", explicou o técnico de planejamento e pesquisa do Ipea Acir Almeida, na divulgação do estudo.

Para o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), o estudo mostra que a Emenda 32 reduziu o número de MPs no que seria secundário, mas cresceu no que é mais importante: o uso do dinheiro público.

– Nossa lei orçamentária é uma peça de ficção. E o governo edita MPs de forma afrontosa, muitas delas inconstitucionais, comprometendo ainda mais o Orçamento – lamentou o senador.

Controle

A avaliação do Ipea é mais otimista. Para o instituto, o levantamento foi importante para desfazer a percepção de que a EC 32 não teve resultados práticos e para reafirmar a eficácia de mecanismos de controle da edição de MPs. Principalmente no momento em que o Senado discute novos mecanismos para esse controle, com a discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, que altera o rito de tramitação das MPs.

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) também acredita que a aprovação da EC 32 foi positiva. Para o senador, a reforma qualificou o debate das MPs, ao reduzir, por exemplo, a variedade de assuntos que poderiam ser tratados. Agora, com a PEC 11/11, o Senado poderia melhorar ainda mais essa tramitação, dando mais tempo às duas Casas para que discutam as matérias.

Adiamento de votação na CCJ frustra Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, se disse frustrado com mais um adiamento da votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera o trâmite das medidas provisórias.

Por falta de acordo, a análise das emendas de Plenário apresentadas à chamada PEC das MPs (PEC 11/11), do próprio Sarney, e relatada pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG), foi transferida para a próxima semana.

– Eu tenho uma frustração em relação a isso porque nasceu com tanta unanimidade e depois foi fragmentada essa unanimidade – disse.

A principal polêmica envolve a criação ou não de uma instância que defina se uma MP só será aceita após análise da sua relevância e urgência.

Sarney também reafirmou que manterá a decisão de não ler mais nenhuma medida provisória que chegar ao Senado com menos de dez dias de prazo para análise. A leitura da MP em Plenário é condição regimental para votação.

Sarney pretendia se reunir ontem com a presidente da República, Dilma Rousseff, e o presidente da Câmara, Marco Maia, no Palácio do Planalto, para discutir projetos em tramitação no Congresso Nacional.

Jane Araújo/Senado Federal

Sarney lamenta que ainda não exista consenso para a votação

Nota sobre reportagem do *Congresso em Foco*

A Secretaria de Comunicação do Senado divulgou ontem nota de esclarecimento sobre matéria publicada pelo *site Congresso em Foco*. Veja a íntegra da nota:

Senhor Editor,
Em respeito aos leitores do *Congresso em Foco*, a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) do Senado Federal presta os seguintes esclarecimentos:

1. O relatório do TCU, base das matérias disponibilizadas hoje pelo *site*, já foi amplamente divulgado pela mídia. Ele somente se materializou após consulta formulada pelo Presidente do Senado Federal, José Sarney, por meio do OF. Nº 029/2009-SCINT/GAB, dando origem ao processo TC 016.165/2009-5 e culminando com o Acórdão nº 1745/2011-Plenário. O referido acórdão define, segundo o entendimento do TCU, as rubricas que compõem o teto remuneratório constitucional.

2. Além desse fato específico, como salientou o *Congresso em Foco*, liminar proferida pelo juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 15455-39.2011.4.01.3400, também determinou critérios a serem observados pelo Senado Federal em relação ao tema.

3. Em obediência aos preceitos legais, o Senado Federal determinou que a folha salarial da Casa já refletisse, no mês de julho, os novos critérios estabelecidos.

4. A afirmação de que há um rombo de R$ 157 milhões por ano na folha de pagamento do Senado, "provocado por gastos indevidos", é apressada e não representa a realidade tendo em vista que o TCU não julgou a matéria. A composição da folha salarial da Casa guarda similaridade com a praticada em outros poderes da República e sempre se baseou em normas legais vigentes.

5. O Senado Federal, em cumprimento à lei, fornece todas e quaisquer informações disponíveis de sua administração quando requisitadas por órgãos competentes.

6. Vale ressaltar, em relação a quesitos apontados no relatório do TCU, que desde 2009 o Senado Federal vem adotando inúmeras iniciativas na perspectiva de uma maior modernização do processo administrativo e mais transparência como adoção do ponto eletrônico, recadastramentos de pessoal e implantação do pregão em várias modalidades de serviços e produtos, responsável pela significativa diminuição dos preços no setor de compras. Além do mais, com o Plano de Carreira foi possível dar total transparência aos vetores que compõem os vencimentos dos servidores.

Assessoria de Imprensa da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) do Senado Federal

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço ***www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx***

Plenário

Sessão sem votação de projetos

9h A sessão plenária não tem pauta de votações e será destinada a discussão dos senadores e comunicados da Mesa.

CRA

Recomposição ambiental

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove seminário para tratar da recomposição ambiental de áreas produtivas, dentro da discussão do novo Código Florestal. Entre os participantes do debate, o procurador da Fazenda Nacional Luís Carlos Silva de Moraes.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: *www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao*
Comissões: *www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao*

Objetivo do senador Alvaro Dias, autor do requerimento, é que ele esclareça reportagem da revista *IstoÉ* segundo a qual R$ 78 milhões teriam sido liberados para obras com indícios de irregularidades identificados pelo próprio TCU

CI aprova convite a novo ministro dos Transportes para explicar denúncias

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem convite para que o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, esclareça denúncia da revista *IstoÉ* de liberação de R$ 78 milhões para obras com indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Essas obras em geral entram para o Anexo 6 do Orçamento da União e ficam impedidas de receber verbas federais até que as eventuais irregularidades sejam sanadas.

Inicialmente, o requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) previa a convocação, substituída por convite, por sugestão de Walter Pinheiro (PT-BA). Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou que o requerimento estava sendo aprovado por unanimidade, pelo "interesse do governo em esclarecer todos os fatos".

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) saudou o que considerou "nova postura do governo", já que, no ano passado, segundo ele, os governistas não pretendiam esclarecer nada.

A presidente da CI, Lúcia Vânia (PSDB-GO), disse que a data da audiência dependerá de entendimento com o ministro, mas antecipou que provavelmente será na próxima quinta-feira.

A comissão aprovou ainda requerimento de Alvaro Dias que convida o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima, para prestar esclarecimento sobre denúncia da revista *Época*. A reportagem mostrou funcionários da ANP cobrando propina para resolver pendências de empresas do setor de combustíveis.

O requerimento inicial de Alvaro previa a convocação também do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, retirada pelo próprio senador do PSDB. O senador Lobão Filho (PMDB-MA) explicou que o ministro tem todo o interesse em falar sobre os temas da pasta, mas ressaltou que a ANP tem atuação autônoma e que o próprio diretor da agência poderá prestar os esclarecimentos.

Também foi lido requerimento de convite ao ministro das Cidades, Mário Negromonte, que deve ser votado na próxima reunião.

Lia de Paula/Senado Federal

Alvaro Dias (*com Vanessa Grazziotin e Lobão Filho*): convocação mudada para convite, por sugestão de Walter Pinheiro

Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador aponta vontade de esclarecer

Walter Pinheiro destaca ação da base do governo

Walter Pinheiro (PT-BA) disse que os partidos da base do governo tomaram a atitude de convidar ministros para falar sobre suas pastas, o que mostra que o governo está aberto a prestar esclarecimentos.

Na quarta-feira, o senador antecipou que a base partidária solicitaria convites aos ministros da Agricultura, Wagner Rossi; do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence; e das Cidades, Mário Negromonte, além do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima.

Waldemir Barreto/Senado Federal

Santiago: interesse da população

Santiago elogia determinação da presidente Dilma

Wilson Santiago (PMDB-PB) elogiou a determinação da presidente Dilma Rousseff de responsabilizar os ministros por eventuais falhas que ocorram em suas pastas. Ele também saudou a decisão de que os membros do governo citados em denúncias de corrupção ou desvios compareçam espontaneamente ao Congresso Nacional.

Para o senador, as decisões da presidente não só aumentam a responsabilidade de seus auxiliares como também atendem aos interesses da população.

Dorivan Marinho/Senado Federal

Cyro diz que governo Dilma passa por "inferno astral" prolongado

Para Cyro Miranda, Congresso tem o dever de investigar

Em discurso ontem, o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que o Congresso Nacional tem o dever de "investigar a fundo" todas as denúncias de corrupção e escândalos que envolvem o governo federal. Ele lamentou que o governo esteja conseguindo barrar a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transportes. Para o senador, o governo Dilma Rousseff está passando por um "inferno astral" que aparenta ser "longo e prolongado".

Na avaliação do senador, a meta inflacionária de 2011/2012 já foi "para o espaço", o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) "está empacado" desde o início de 2011 e a desaceleração da indústria é tamanha que até parlamentares governistas já reconhecem o fato.

Além disso tudo, acrescentou Cyro Miranda, as denúncias de irregularidades e escândalos de corrupção estão se sucedendo "de maneira célere".

Jarbas Vasconcelos diz que governo pressiona e ameaça

A "faxina ética" não pode ser a única ação do Senado para esclarecer as denúncias de irregularidades no Dnit, opinou Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Segundo o senador, o governo tenta impedir "no grito, na ameaça, na pressão" a instalação da CPI dos Transportes.

Vasconcelos disse que o governo pressionou João Durval (PDT-BA) e Reditario Cassol (PP-RO) a retirar as assinaturas do pedido de criação da CPI.

Para o senador, o PT, partido da presidente Dilma Rousseff, quer enfrentar a opinião pública "como se o passado não existisse". Ele acusou o partido de dizer que o Ministério Público trabalha a serviço da oposição, "sem se lembrar de que isso, na verdade, ocorria quando o PT não era governo".

Vasconcelos elogiou medidas recentes de Dilma e disse esperar que a "faxina" seja verdadeira e que não se limite a um partido.

Waldemir Barreto/Senado Federal

Jarbas Vasconcelos pede que "faxina ética de Dilma" seja verdadeira

Waldemir Barreto/Senado Federal

Para Marinor, só uma CPI pode apontar realmente os envolvidos no escândalo

Marinor Brito afirma que PR deve assinar CPI

Marinor Brito (PSOL-PA) sugeriu que os sete integrantes do Partido da República (PR) demonstem que não têm participação no escândalo de corrupção no Ministério dos Transportes, assinando o requerimento para criação de uma CPI.

Para a senadora, somente uma investigação que proporcione a abertura de sigilos bancário, telefônico e fiscal e que possibilite o cruzamento de doações de campanhas eleitorais de parlamentares do PR poderá indicar se, por exemplo, o deputado Valdemar da Costa Neto, secretário do PR, tem envolvimento no esquema de pagamento de propina e quem são realmente os envolvidos no escândalo. De acordo com Marinor, o governo aceitou que o ex-ministro e atual senador Alfredo Nascimento (PR-AM) se pronunciasse sobre o assunto ao reassumir sua vaga no Senado, porém, teria "imposto limites" ao que ele poderia dizer.

Ataídes: "Sempre defenderei CPIs contra corrupção"

"Não há nada que mate, que tire mais vidas que a corrupção no Brasil", afirmou Ataídes Oliveira (PSDB-TO). O senador disse que a corrupção no país levou "bilhões e bilhões de reais para o bolso de poucos, em detrimento de toda a população" que sofre com fome e falta de segurança.

– Assinei e assinarei tantos quantos requerimentos de criação de comissões de inquérito forem necessários para esclarecer dúvidas quanto ao mau uso do dinheiro do povo, como a CPI dos Transportes – afirmou.

Ataídes esteve no foco de uma polêmica esta semana, por retirar o apoio à CPI dos Transportes e depois recuar.

– Não há guerra, *tsunami*, terremoto nem terroristas que matam mais do que a corrupção. São milhões de crianças morrendo nas filas dos hospitais. E, na verdade, não falta dinheiro. Faltam gestores com responsabilidade, porque o dinheiro existe, mas é desviado.

Waldemir Barreto/Senado Federal

Para senador, não há guerra que mate mais do que a corrupção

Declaração de Jobim é "violência contra as mulheres"

A presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher do Senado, Ângela Portela (PT-RR), e a coordenadora da bancada feminina no Congresso, deputada Janete Pietá (PT-SP), assinaram nota de repúdio contra declarações do então ministro da Defesa, Nelson Jobim, à revista *Piauí*.

Segundo elas, Jobim disse que a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, é "fraquinha" e que Gleisi Hoffmann, ministra da Casa Civil, "sequer conhece Brasília". Para as parlamentares, classificar as ministras como incompetentes e incapazes "de forma machista e preconceituosa" pode ser caracterizado como profunda violência psicológica e moral "contra todas as mulheres" e contra o governo de Dilma, especialmente na semana em que se comemoram cinco anos de sanção da Lei Maria da Penha.

Lúcia Vânia: lei mudou o destino de milhares de vítimas

A Lei Maria da Penha, disse a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), mudou o destino de milhões de mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil ao criar severas punições ao agressor e estabelecer medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência.

– O país viu nascer no ordenamento jurídico nacional a sua mais importante resposta à comunidade internacional e aos compromissos firmados por tratados e convenções, há mais de dez anos, para o combate à violência doméstica contra a mulher – disse.

Lúcia Vânia, que relatou o projeto que originou a lei, disse que, até o advento da Lei Maria da Penha, a questão da violência doméstica recebia tratamento negligente, descompromissado e ineficiente do Estado. Em consequência, os crimes de lesão corporal e ameaças, delitos mais comuns no âmbito da violência doméstica e familiar, eram conceituados como crimes de menor potencial ofensivo, resultando, quando muito, em doação de cestas básicas ou prestação de serviços comunitários, um estímulo à impunidade.

Marinor: mulher deixou de ser subjugada

Em seus cinco anos de vigência, a Lei Maria da Penha tem resguardado a população feminina da violência doméstica, conscientizado a sociedade e revelado situações abusivas em que se encontram milhares de brasileiras, disse Marinor Brito (PSOL-PA). Segundo ela, pesquisas demonstram que mais mulheres deixaram de se calar com relação a agressões.

– A Lei Maria da Penha chocase com a concepção da mulher subjugada, dependente. A despeito da desigualdade que persiste, sobretudo em questões socioeconômicas, as mulheres hoje são protagonistas na maioria dos lares brasileiros.

Lídice vê maior conquista feminina desde Constituição

Após a Constituição, a mais importante lei para a mulher brasileira foi a Maria da Penha, afirmou Lídice da Mata (PSB-BA).

– A Constituição de 1988 é o marco da conquista da cidadania igualitária. Mas, para assegurar condições de igualdade, foi preciso uma lei que trata as mulheres de maneira desigual, uma vez que a sociedade as trata de forma diferente – disse.

A senadora elogiou "a independência das decisões" de Dilma Rousseff na Presidência, e classificou de "velha cantilena machista" as afirmações de que Dilma seria "marionete" do ex-presidente Lula ou do ex-ministro Antonio Palocci.

Senadores destacam, em sessão especial, os avanços alcançados na proteção à mulher contra a violência familiar e doméstica. Marta Suplicy ressalta decisão do STF que manteve penas mais severas

Senado celebra os bons resultados dos cinco anos da Lei Maria da Penha

Fotos de Waldemir Barreto/Senado Federal

Marta Suplicy preside a sessão, entre os senadores Sérgio Souza, Ana Rita, Ana Amélia Lemos e Vanessa Grazziotin: com a nova lei, segundo ela, "bateu em mulher, vai para a cadeia"

OS CINCO ANOS da Lei Maria da Penha (11.340/06) foram comemorados ontem no Plenário do Senado. Os oradores destacaram os avanços na proteção à mulher obtidos com a edição do instrumento jurídico, mas afirmaram que o caminho para o respeito total ainda é longo.

– Demorou muito tempo para o país ter uma lei que coibisse a violência contra a mulher brasileira. A lei é educativa, pedagógica, é um processo, mas a Maria da Penha começa realmente a ter efeito – destacou Marta Suplicy (PT-SP), vice-presidente do Senado.

A homenagem, durante a hora do expediente, foi realizada por requerimento da senadora licenciada e atual ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann (PT-PR). Durante a abertura da sessão, a 1ª vice-presidente comentou como era a situação das mulheres há 30 anos, quando ela apresentava o programa *TV Mulher*, na Rede Globo, e recebia apelos de mulheres que tinham até a orelha decepada e ainda assim não podiam denunciar o marido. Hoje é diferente, salientou:

– Bateu em mulher, vai para a cadeia. E também não é mais possível retirar a queixa, o que anula as ameaças e chantagens dos companheiros – lembrou a senadora.

Marta também comemorou a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que ratificou a lei e impediu a decisão de juízes de primeira instância que queriam relativizar a aplicação das penas, com o pagamento de cestas básicas, por exemplo.

Pesquisa indica que sentimento de proteção aumentou

Marta Suplicy destacou dados de uma série de pesquisas feitas pela Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado (Sepop) de 2007 até este ano. Ela ressaltou que o estudo traça um "panorama da violência", em que se constatou que o sentimento de que as leis protegem as mulheres subiu de 13% para 19%. Os dados de 2011 revelam também que, na percepção de 66% das entrevistadas, a violência doméstica e familiar contra a mulher tem aumentado nos últimos anos.

Ela mencionou dados do DataSenado segundo os quais, em 2007, 15% das entrevistadas afirmaram já ter sido elas próprias vítimas de violência cometida em seus lares. Em 2009 e 2011, constatou-se que esse número subiu para 19%. Na opinião da senadora, não foi necessariamente a violência que aumentou, mas sim a segurança para a denúncia, pois antes a mulher ficava quieta quando era destratada, humilhada, percepção que se modificou após a edição da lei.

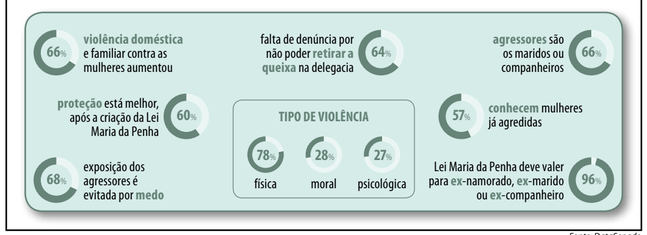
E mais, nas várias rodadas de pesquisa, caiu de 49% para 41% a percepção entre as entrevistadas de que a mulher não é respeitada no Brasil, ou seja, suas denúncias não são consideradas e levadas a sério.

Em todas as rodadas da pesquisa, desde 2007, o marido ou companheiro é sempre indicado como o principal agressor, e o uso do álcool e ciúmes por parte do companheiro são indicados como os principais motivos da violência, o que para Marta Suplicy não é uma novidade. De acordo com os dados de 2011, as mulheres não denunciam a agressão por preocupação com a criação dos filhos (31%) e por medo de vingança do agressor (20%).

Um outro dado interessante mencionado pela senadora: quase 100% das entrevistadas já ouviram falar da lei: entre as duas últimas rodadas da pesquisa, cresceu 15% o número de mulheres que já ouviram falar da Lei Maria da Penha: de 83% em 2009 para 98% em 2011.

Proteção está melhor após a lei

Levantamento do DataSenado mostra percepção dos brasileiros em relação à violência contra a mulher. Foram ouvidas 1.352 pessoas em 119 municípios entre 8 e 28 de fevereiro.



Fonte: DataSenado

Ana Amélia: para ONU, lei é das mais avançadas

Apesar do quadro ainda ser triste, a senadora Ana Amélia (PP-RS) disse que a Lei Maria da Penha conseguiu melhorar em muito a realidade da mulher brasileira, ao encorajar denúncias e oferecer proteção legal às vítimas. A senadora assinalou que a lei é fruto de "um amplo e democrático debate com a sociedade civil" e sua importância e qualidade foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas, que a classificou como uma das leis mais avançadas do mundo neste campo. Ana Amélia apelou ainda ao Supremo Tribunal Federal pela derrubada de decisões de primeira e segunda instâncias contrárias à Lei Maria da Penha.

Angela Portela lamenta falta de apoio a vítimas

A presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, Ângela Portela (PT-RR), lamentou que o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher ainda não tenha sido assinado por alguns estados brasileiros. O pacto, firmado em 2007, permite a realização de convênios entre estados e municípios e a União para a instalação de estrutura de apoio e assistência. Apenas nove estados aprovaram ou estão em processo de elaboração de políticas para enfrentar a violência contra as mulheres.

Vanessa pede mais delegacias e casas de abrigo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que há fortes indícios de que a lei vem cumprindo seus objetivos. Porém, a senadora ressalvou que, embora muitos brasileiros admitam ter conhecimento da lei, a maioria ainda desconhece o seu conteúdo. Além disso, seria necessário aperfeiçoá-la.

– O crescimento do encorajamento para as mulheres denunciarem mais, para levar à consciência a sociedade toda, e aos homens em particular, uma lei que trabalha todos os aspectos da violência que envolve o lar. Entendo ser de importância fundamental a ampliação das delegacias de mulheres, varas especializadas, casas abrigo, e conselhos de mulheres nos estados e municípios – sugeriu.

Aplicação ainda é um desafio, diz Ana Rita

Ana Rita (PT-ES) saudou os cinco anos de sanção da Lei Maria da Penha, mas observou que a sua aplicabilidade ainda é um desafio, já que, dos 5.565 municípios, apenas 397 têm delegacias especializadas em violência contra a mulher.

A senadora acrescentou que até hoje não foram implantados na quantidade necessária juizados, núcleos de Defensoria Pública e promotorias especializadas em violência contra as mulheres. Ana Rita defendeu a ampliação dos equipamentos públicos de atendimento às mulheres vítimas de violência e o quadro de profissionais que atendem a área, bem como a capacitação e sensibilização dos profissionais que atuam junto a essas ocorrências.

Malta quer que agressor sustente família da vítima

A Lei Maria da Penha foi um avanço, "mas ainda não é tudo de bom", disse o senador Magno Malta (PR-ES), ao defender a criação de elementos preventivos que favoreçam a aplicação efetiva da norma.

Malta manifestou apoio a projeto que tramita na Câmara dos Deputados e altera a lei, segundo o qual o juiz deverá determinar que o agressor da mulher assuma financeiramente a família até que se defina o inquérito. A regra atual diz que o juiz "poderá" agir nesse sentido, o que muitas vezes pode comprometer a aplicação efetiva da norma.

O senador também parabenizou promotores, procuradores e "os poucos tribunais de Justiça" que tiveram condição de criar vara específica para cuidar da violência contra a mulher.

Valadares: lei ratifica igualdade dos direitos

Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o mérito da Lei Maria da Penha está em ter colocado que os direitos de ambos os sexos são iguais, apesar da superioridade física do homem sobre a mulher.

Valadares disse que o Brasil está entrando em uma nova era, de fundamental importância para qualquer país, afastando o preconceito e, por meio do trabalho, possibilitando que as mulheres conquistem novos direitos. Ele mencionou o caso do setor público no qual, pela primeira vez, uma mulher atingiu o cargo máximo da administração pública.

Da mesma forma, elogiou a atuação da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e da atual ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, que, em sua avaliação, "estão dando um banho de competência".

Legado será sentido no futuro, afirma Santiago

Wilson Santiago (PMDB-PB) atribuiu à Lei Maria da Penha a diminuição dos índices de violência contra a mulher, apesar de ainda serem "alarmantes". Para ele, a previsão de punição inibe a ação dos agressores.

– Em determinados setores e regiões, houve uma diminuição das agressões exatamente em razão da punição – afirmou.

O senador considera que o legado da lei será ainda mais perceptível no futuro e seu maior impacto será na conscientização da população, o que poderá gerar uma transformação nas relações sociais no Brasil.

– Todos nós somos conscientes da importância não só da aplicação dessa lei, como também da própria implantação cultural, da conscientização da população brasileira.

Cristovam defende educação e conscientização

Mesmo reconhecendo a importância e os resultados práticos positivos da Lei Maria da Penha, Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que não basta uma norma legal para pôr fim à violência contra as mulheres.

Para ele, o Brasil precisa implantar a educação e a conscientização contra o machismo desde os primeiros anos escolares.

– É inacreditável que, em pleno século 21, ainda aconteçam manifestações de violência contra as mulheres – afirmou.

Cristovam lembrou sua campanha eleitoral para governador do Distrito Federal em 1994 quando, em visita a potenciais eleitores, ouvia inúmeros relatos de violência doméstica, e não só de maridos e companheiros, mas também de irmãos, filhos e netos.

Suplicy: legislação é marco na defesa das mulheres

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a legislação brasileira de proteção às mulheres é um modelo para o mundo e um marco na história da luta feminina contra a violência doméstica.

O senador homenageou em especial a farmacêutica e bioquímica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que dá nome à lei, em decorrência de sua luta para ver punido o ex-marido, que a deixou paraplégica. Suplicy destacou os avanços proporcionados pela legislação:

– A violência psicológica também passou a ser considerada violência doméstica, e a vítima pode ficar afastada do trabalho por seis meses sem perder o emprego caso seja constatada a necessidade de manutenção de sua integridade física e psicológica – lembrou Suplicy.

Sérgio Souza elogia atuação de Gleisi Hoffmann

Sérgio Souza (PMDB-PR) destacou a atuação da senadora licenciada Gleisi Hoffmann (PT-PR), atual ministra da Casa Civil, nos quatro meses em que ficou no Senado. Gleisi, que tem Souza como suplente, apresentou projeto (PLS 49/11), já aprovado no Senado e enviado à Câmara dos Deputados, para vedar a suspensão condicional do processo nos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher.

– A proposição se mostrou essencial à luta empreendida pela sociedade brasileira para eliminar a violência contra a mulher – disse o senador.

A suspensão condicional de processo pode ser proposta em crime com pena mínima de até um ano, quando o acusado não tiver praticado outro crime e atender a outros requisitos previstos no Código Penal.

Para Geovani, é preciso acabar com a prepotência

Geovani Borges (PMDB-AP) afirmou que o ranço patriarcal, o desrespeito e a prepotência motivam a violência contra a mulher. O senador lembrou que, segundo a Organização das Nações Unidas, uma em cada três mulheres no mundo já foi espancada ou abusada sexualmente.

Para o senador, a legislação brasileira tem registrado avanços na proteção da mulher. No entanto, lembrou que pesquisa da Fundação Perseu Abramo aponta que, a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas no Brasil.

De acordo com Geovani Borges, além de ser uma questão política, jurídica e policial, a violência contra a mulher é caso de saúde pública, pois muitas mulheres adoecem por conta do tratamento violento que recebem.

Legislação deve ser melhorada, diz Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que a Lei Maria da Penha precisa ser atualizada e melhorada. Ele citou, como exemplo de necessidade de melhoria, a tipificação da violência psicológica, para ele mais difícil de ser denunciada, embora seja tão grave quanto a física.

O senador lamentou que, no Pará, durante o governo de uma mulher – a ex-senadora Ana Julia Carepa (PT), cujo nome não citou –, no município de Abaetetuba, uma adolescente tenha sido colocada em uma cela com 20 criminosos, onde foi abusada sexualmente.

O senador parabenizou as mulheres brasileiras. Ele salientou que no governo do Pará há quatro secretárias de estado. Informou também que o Tribunal de Justiça paraense é presidido pela desembargadora Raimunda Noronha.

Walter Pinheiro: luta contínua pela tolerância

Para o senador Walter Pinheiro (PT-BA), a Lei Maria da Penha é uma conquista e um motivo de alegria, apesar dos dados alarmantes sobre a violência contra a mulher.

A lei é importante, mas também deve servir como um alerta na luta contínua contra a intolerância e o preconceito. O senador também disse que as palavras podem ser violentas tanto quanto uma agressão física, pois podem "formar uma cicatriz na alma".

– Digo isso para me referir a declaração do ministro Jobim – afirmou, referindo-se a entrevista em que o ministro da Defesa teria dito que a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, é "fraquinha". Jobim também teria dito que a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, "não conhece Brasília".

Petecão espera maior acesso à Justiça no Acre

O senador Sérgio Petecão (PMN-AC) defendeu a necessidade de se ampliar o acesso à informação e à Justiça para as mulheres de seu estado, sobretudo as que vivem na floresta amazônica.

No Acre, segundo o senador, muitas mulheres sequer conhecem os seus direitos ou sabem da existência da Lei Maria da Penha.

– É para essas mulheres que eu gostaria de prestar homenagem – disse.

O senador pediu às autoridades brasileiras, especialmente às de seu estado, que deem atenção a essas mulheres, ressaltando que têm sofrido muitas injustiças devido a dificuldades de informação, de acesso, de locomoção e até mesmo por conta das distâncias que têm que percorrer para procurarem seus direitos.

Humberto Costa propõe benefício financeiro

Humberto Costa (PT-PE), comunicou a apresentação de projeto para garantir às mulheres vítimas de violência doméstica o direito de receber benefício de assistência social pelo prazo mínimo de seis meses.

O projeto concede benefício financeiro no valor de um salário mínimo, em casos de vulnerabilidade temporária da mulher, dando-lhe respaldo para denunciar o agressor e interromper o ciclo de dependência financeira e submissão à violência, comuns nesses casos.

– A violência contra a mulher na família é a principal causa de lesões em mulheres entre 15 e 44 anos no mundo, comprometendo 10% do PIB brasileiro. E nos envergonha a todos, homens e mulheres que sonhamos e lutamos por um mundo de igualdade e justiça para todos.

Para muitos índios, o ensino de sua língua seria uma arma dada aos posseiros para desestruturar seus povos, afirma especialista

José Cruz/Senado Federal

Ao lado de Ana Rita, assessora Francisca Picanço (*D*), da Funai: "Indígenas falam cerca de 180 línguas no país"

Transmissão de línguas indígenas ainda não obteve consenso

A CRIAÇÃO DE um programa nacional de preservação, recuperação e transmissão de línguas indígenas, prevista em projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ainda não obteve consenso entre as comunidades indígenas brasileiras. A ressalva foi apresentada por Rosane Mattos, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

– Muitos povos resistem em ensinar sua língua pensando que, se ensiná-la, vão dar uma arma para um posseiro, um fazendeiro, desestruturar seu povo – afirmou.

Ressaltando a importância do projeto (PLS 9/08) para preservação da identidade cultural desses povos, Rosane Mattos se comprometeu a levar a proposta ao conhecimento de lideranças indígenas e pediu tempo para elas se manifestarem sobre o assunto.

Cristovam deixou claro que sua proposta está voltada mais para os brancos que para os indígenas e assinalou como uma das principais metas o aprendizado dessas línguas – especialmente as ameaçadas de extinção – por estudantes do ensino fundamental e médio, ofertadas como disciplina optativa.

– Aprender um idioma indígena prestes a desaparecer é um serviço prestado à Humanidade inteira. É como guardar uma peça de arte com mais de 2 mil anos – afirmou Cristovam.

A assessora legislativa da Fundação Nacional do Índio (Funai) Francisca Picanço apontou o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), criado pelo Decreto 7.387/10, como um instrumento importante para a identificação e a valorização das línguas faladas no Brasil. Das 210 línguas já mapeadas, os indígenas falam cerca de 180 e as comunidades que descendem de imigrantes, cerca de 30.

– A língua é a cultura viva de um povo. Então, não pode estar apenas no museu. Sua preservação tem que ser transformada em políticas públicas – defendeu, realçando como outra conquista na área a inclusão do quesito "língua falada" no Censo de 2010.

Nova discussão reunirá índios idosos, professores e representantes do governo

A CDH deverá promover outro debate sobre o PLS 9/08, que já recebeu parecer pela aprovação na forma de substitutivo. A decisão foi anunciada pela vice-presidente da comissão, Ana Rita (PT-ES), após acerto firmado com os debatedores na reunião de ontem.

Por sugestão da representante da Apib, Rosane Mattos. Essa nova discussão deverá reunir não só lideranças indígenas, mas também professores bilíngues, órgãos do governo ligados à questão, acadêmicos e índios idosos responsáveis por transmitir a língua e demais tradições para gerações mais novas.

Aprovado na CI projeto que destina 50% da verba do Fundo Social para educação

O PLS 138/11, projeto de lei que destina à educação metade dos recursos do Fundo Social, foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Na próxima etapa da tramitação, o projeto será examinado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Criado no final do ano passado, o Fundo Social tem entre as suas principais fontes de receita os recursos do petróleo retirado da camada pré-sal.

O autor do projeto, Inácio Arruda (PCdoB-CE), lembra que a destinação de metade do Fundo Social à educação já estava prevista na lei que o criou, mas acabou vetada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com a proposta, no mínimo 50% dos recursos do Fundo Social reservados para programas e projetos têm de ser aplicados, obrigatoriamente, no desenvolvimento da educação pública (básica e superior). Desses 50%, no mínimo 80% teriam de ser destinados à educação básica.

Em seu relatório, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu o projeto de Inácio Arruda, argumentando que a educação tem de ser uma questão prioritária no Brasil, inclusive porque "as falhas no sistema educacional do país são evidentes".

No Senado, o texto ainda tem de passar pela CE e, em seguida, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa.

Lia de Paula/Senado Federal

Senador Gim Argello (*C*) também prevê no projeto que consumo de até 30 kWh será gratuito

Tributação maior sobre bebidas alcoólicas vai à CCJ

O PLS 520/07, projeto de lei que cria um novo tributo sobre a importação e a comercialização de bebidas alcoólicas, foi aprovado ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Segundo o autor, o senador licenciado e atual ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, a medida pode desestimular o consumo excessivo e financiar ações de controle do alcoolismo. O projeto agora será examinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a proposta, as vendas para o exterior estariam isentas da nova tributação, desde que respeitadas determinadas condições. O texto também destaca que o novo tributo seria cobrado sobre as bebidas com teor alcoólico a partir de meio grau Gay-Lussac até 54 graus Gay-Lussac. As cervejas, portanto, estariam incluídas.

Garibaldi diz no projeto que há evidências científicas de que essa estratégia de aumento da tributação é eficaz, principalmente em relação ao público jovem: a elevação do preço das bebidas alcoólicas faz cair sensivelmente o consumo por adolescentes.

Consumidor poderá optar por conta pré-paga de energia

O sistema de contas pré-pagas, comum na telefonia, deverá ser estendido à energia elétrica, conforme projeto aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O objetivo é beneficiar consumidores de baixa renda.

O PLS 365/09, apresentado por Gim Argello (PTB-DF), incumbe a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), prevista na Lei 10.4358/02, de financiar a gratuidade de até 30 kWh para os consumidores de baixa renda. A única condição é que esses consumidores façam a adesão ao sistema de pré-pagamento da fatura, na forma de uma futura regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Gim Argello prevê que a gratuidade estimulará as famílias carentes a se tornarem consumidores regulares e adimplentes das concessionárias.

– Os conflitos que hoje são provocados por furto de energia e corte de fornecimento devem diminuir muito.

Os senadores decidiram também ampliar o debate sobre o pré-pagamento durante a tramitação da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1ª vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Marinor Brito • Ângela Portela • Anibal Diniz • Ana Amélia

* Licenciados

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
***Site*:** *www.senado.gov.br/agencia*

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal
Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Morais, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: *www.senado.gov.br/jornal* – *E-mail*: *jornal@senado.gov.br*
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Eduardo Suplicy destaca plano Brasil Maior

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou na quarta-feira a importância do plano Brasil Maior, conjunto de medidas do governo para estimular a indústria. Ele lamentou que os países desenvolvidos não encontrem soluções para sua crise econômica, o que leva a uma concorrência predatória em busca de mercados.

– A presidente Dilma Rousseff ressaltou que o nosso desafio é fazer tudo isso sem recorrer ao protecionismo ilegal que tanto nos prejudica e que tanto criticamos; sem ameaçar a estabilidade macroeconômica do país com intervenções abruptas e perturbadoras da economia; e sem abrir mão da arrecadação necessária para atender às demandas indispensáveis da população – declarou.

Turismo quer incentivos como os da indústria

O setor hoteleiro está reivindicando o mesmo tratamento dispensado às indústrias têxtil, de móveis e de tecnologia da informação no pacote em defesa da indústria nacional. O argumento é que, como aqueles setores, os hotéis garantem divisas ao Brasil.

Em reunião com o presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Benedito de Lira (PP-AL), representantes do setor destacaram a geração de emprego e divisas e lembraram que a atividade também sofre com a valorização cambial.

Documento entregue ao senador inclui pedido de desoneração da folha das empresas de hospedagem e alimentação em relação a contribuições sociais e redução do ICMS sobre energia, água e gás.

Concessão de vistos precisa ser agilizada

O setor de turismo quer que o Senado pressione o Ministério das Relações Exteriores a tornar mais simples e rápida a concessão de vistos de entrada para visitantes estrangeiros. A ideia é que os pedidos possam ser preenchidos pela internet e as taxas sejam pagas também pela rede ou no aeroporto ou porto de desembarque.

A reivindicação foi levada ao presidente da CDR, Benedito de Lira, pelo presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação, Alexandre Sampaio, e outros representantes, como o diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, Flavio Peruzzi, e o diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), João Quirino.

Indicado para embaixador no Cairo afirma que diversas correntes políticas que pretendem disputar a presidência daquele país já manifestaram interesse de ter no Brasil um parceiro forte e confiável

Democracia no Egito pode fortalecer relação com Brasil

A TRANSIÇÃO DO Egito em direção a um regime democrático poderá representar uma boa oportunidade para o fortalecimento da relação bilateral entre aquele país e o Brasil. A previsão foi feita pelo ministro de primeira classe Marco Antonio Diniz Brandão, cuja indicação para o posto de embaixador no Cairo foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A mensagem presidencial vai agora ao Plenário.

Segundo o diplomata, diversas correntes políticas que pretendem disputar as primeiras eleições após a queda do ex-presidente Hosni Mubarak têm manifestado interesse em maior aproximação com o Brasil. As eleições naquele país estão marcadas para novembro, nove meses depois da renúncia de Mubarak, como resultado de um amplo movimento político regional conhecido como Primavera Árabe.

Fonte: CIA World Factbook

– O que se percebe é que todos se manifestam por relações novas com o Brasil. Praticamente todas as correntes políticas gostariam de ter no Brasil um parceiro forte e confiável. Já houve manifestações de interesse por nossos programas sociais e pelo fortalecimento de nossos laços econômicos – assinalou Brandão, cuja indicação teve Clésio Andrade (PR-MG) como relator.

Ao comentar as observações feitas pelo diplomata, Marcelo Crivella (PRB-RJ) afirmou que o Brasil pode ser considerado um "interlocutor extraordinário no mundo árabe".

Geraldo Magela/Senado Federal

Entre os embaixadores Marco Antonio Diniz Brandão e Maria Dulce Silva Barros, Fernando Collor preside reunião da CRE

Aprovada nova embaixadora para Costa Rica

A indicação presidencial da diplomata Maria Dulce Silva Barros para o cargo de embaixadora na Costa Rica foi aprovada ontem pela CRE e vai ao Plenário. O relator foi Paulo Bauer (PSDB-SC).

Dulce destacou a tradição democrática e a estabilidade social e política da Costa Rica. Considerou exemplar a relação daquele país com o Brasil e disse haver espaço para aumentar a cooperação bilateral na área de meio ambiente, que é uma prioridade dos dois países.

– Eles têm interesse na área de biocombustíveis – disse.

Luiz Henrique (PMDB-SC) observou que a Costa Rica abastece a indústria brasileira com componentes eletrônicos, o que se deve à sua "forte base educacional". Para Cristovam Buarque (PDT-DF), o Brasil precisa descobrir como a Costa Rica fez sua revolução educacional.

Fonte: CIA World Factbook

Rollemberg: exportações à China podem ter maior valor agregado

Após visitar algumas cidades chinesas a convite do Partido Comunista Chinês, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou ontem que a cooperação comercial, cultural e política com a China poderá resultar em maior valor agregado às exportações brasileiras. Rollemberg e parlamentares do PCdoB, PT e PDT integraram delegação que visitou Beijing, Lijiang, Kunming e Xangai.

O Brasil tem superávit positivo de cerca de R$ 5 bilhões com a China: exporta R$ 30,7 bilhões e importa R$ 25,5 bilhões. Enquanto o comércio internacional brasileiro cresceu na última década 245% com os demais países, com a China esse número subiu 2.343% no mesmo período, destacou o senador.

A pauta de exportações à China é composta essencialmente por *commodities* – ferro, soja e petróleo –, enquanto as importações se referem a transmissores e receptores, partes de aparelhos de telefonia e telas de computadores, entre outros itens de "altíssimo valor agregado".

– Portos e aeroportos, em qualidade e tamanho, revelam uma infraestrutura extraordinária, um desenvolvimento planejado de atividades de curto, médio e longo prazo. A China sabe o que está fazendo e aonde quer chegar – observou.

Waldemir Barreto/Senado Federal

Rodrigo Rollemberg relata viagem a convite do Partido Comunista Chinês

Rollemberg disse ter se impressionado com os investimentos chineses em alta tecnologia, que, avalia, possibilitarão ao país se transformar, nos próximos anos, na primeira economia do mundo. Entre outras preocupações dos líderes chineses, o senador apontou o planejamento do processo de urbanização do país e o aumento da renda *per capita*, atualmente em 4 mil dólares anuais.

Povo da Noruega receberá voto de solidariedade da CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou dois votos de solidariedade: o primeiro ao povo da Noruega, em função do atentado que tirou a vida de 77 jovens na ilha de Utoeya; e o segundo ao comandante-geral do Exército, Enzo Martins Peri, cujo nome foi envolvido pelo jornal *Folha de S.Paulo* em denúncias de corrupção.

O voto de solidariedade à Noruega foi apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP), que deverá levar pessoalmente o documento à embaixada daquele país em Brasília, juntamente com o relator, Pedro Simon (PMDB-RS).

Os autores do segundo voto foram Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Fernando Collor (PTB-AL), presidente da CRE. Collor leu nota em que a Procuradoria-Geral Militar contesta a informação de que Peri estivesse sendo investigado por participação em supostas fraudes em obras do Ministério dos Transportes executadas pelo Exército. O presidente da comissão criticou "o primarismo e a superficialidade" da denúncia contra o general, uma "calúnia ignominiosa".

A CRE aprovou ainda projeto (PLS 101/10) que estende a trabalhadores estrangeiros empregados de empresas brasileiras no exterior o direito de recurso à Justiça do Trabalho brasileira.

Geraldo Magela/Senado Federal

Senadores Luiz Henrique e Eduardo Suplicy (*de pé*): atentado mobilizou comissão

Para acabar com a invasão do mercado brasileiro por parceiros do bloco, debatedores defendem em audiência pública na CRA normas diferenciadas por setores ou produtos

Agronegócio quer revisão das regras do Mercosul

O BRASIL DOMINA os negócios de manufaturados entre países do Mercosul, mas tem seu mercado invadido por produtos agrícolas dos parceiros do bloco, colocando em risco a produção brasileira. Para reverter esse quadro, representantes das cadeias produtivas de carne, leite, trigo e vinho defenderam ontem a revisão das regras comerciais do bloco, em debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Na opinião dos participantes do debate, as normas devem ser diferenciadas por setores ou mesmo por produtos, tendo em conta as especificidades das cadeias produtivas. Se o Mercosul, de forma global, tem sido benéfico para o Brasil, alguns setores, como o agrícola, estão "pagando a conta", afirmou o presidente da Cooperativa Agropecuária & Industrial (Cotrijui), Carlos Domingos Poletto.

O presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Sant´Anna Alvim, avaliou que o "surto de importações" de produtos agrícolas garante emprego e renda para produtores rurais dos países parceiros, em detrimento dos produtores brasileiros.

O diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Daniel Godinho, observou que um processo de revisão no Mercosul deve ser olhado com cautela, por não ser uma ação unilateral e sim um processo de negociação entre todos os países do bloco.

Godinho disse que o governo está alerta à grande assimetria das economias dos países que formam o bloco, aspecto que preocupa Ana Amélia (PP-RS) e motivou a apresentação de requerimento para realização do debate.

Para o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes, Antonio Jorge Camardelli, a disputa pelo mercado nacional ganha importância frente à crise financeira em diversos países, reduzindo seriamente as exportações brasileiras.

Carlos Raimundo Paviani, diretor executivo do Instituto Brasileiro do Vinho, concordou que o volume de impostos cobrados no país é um grande obstáculo à busca de novos mercados para os produtos brasileiros.

Geraldo Magela/Senado Federal

Na CRA, Carlos Poletto, Daniel Godinho, senador Waldemir Moka, Rodrigo Alvim, Antonio Camardelli e Carlos Paviani

Senadores cobram ação mais efetiva do governo

Na audiência pública de ontem, os senadores pediram uma participação mais efetiva do governo federal para tornar o agronegócio brasileiro ainda mais competitivo. Após ouvir os depoimentos, a autora do requerimento para a realização do debate, Ana Amélia (PP-RS), chegou a dar uma data para que o governo tome uma atitude concreta.

– O dever de casa é do governo. Vamos dar um tempo de duas semanas para acompanhar a evolução do que foi aqui tratado – afirmou a senadora.

Para Ana Amélia, os especialistas foram claros ao expor suas principais dificuldades: câmbio desfavorável para as exportações, com a desvalorização constante do dólar em relação ao real, e os acordos do Mercosul, que precisam ser revisados para evitar que o alto custo de produção nacional continue a prejudicar a capacidade competitiva brasileira.

Na avaliação do vice-presidente da CRA, Waldemir Moka (PMDB-MS), que presidiu a reunião, a audiência de ontem foi realizada em socorro ao agronegócio, que sofre com a falta de políticas de compensação para torná-lo mais competitivo, como ressaltou.

Segundo explicou o parlamentar, o agronegócio merece atenção do governo, já que vem, ao longo dos anos, por meio de superávit nas exportações, cobrindo o déficit das transações comerciais.

Jayme recomenda atenção a projetos sobre comunicação

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu ontem a discussão cuidadosa e aprofundada do marco regulatório das comunicações no Brasil. Entre os principais pontos que merecem atenção, segundo o senador, estão a regulação dos conteúdos, os critérios de concessão de canais, a convergência da mídia, a revisão das limitações publicitárias, os mecanismos de controle público e a garantia da promoção da cultura local.

– Esses são apenas alguns exemplos dos diversificados itens sobre os quais devemos nos debruçar rumo a uma legislação que permitirá ao cidadão brasileiro aliar as comodidades do avanço tecnológico ao respeito e às qualidades que lhe são devidos.

Waldemir Barreto/Senado Federal

Jayme Campos: legislação deve aliar comodidade a avanço tecnológico

Jayme Campos pediu aos parlamentares atenção para projetos relativos às comunicações que tramitam no Congresso, assim como para a proposta que o governo federal pretende encaminhar ainda este ano com o objetivo de regulamentar artigos da Constituição sobre comunicação.

Geovani destaca Semana da Amamentação

Geovani Borges (PMDB-AP) destacou as ações de mobilização social do Ministério da Saúde na abertura da Semana Mundial da Amamentação.

– A convocação foi geral ao afirmar que, de fato, todos os segmentos, governos, empresas, profissionais da saúde, familiares, lideranças religiosas e comunitárias, precisam lutar para que este direito seja respeitado – disse o parlamenar.

Citando Eduardo da Silva Vaz, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Geovani Borges notou que os benefícios da amamentação se estendem por toda a vida, e lamentou a persistência do preconceito contra o aleitamento materno.

Waldemir Barreto/Senado Federal

Geovani lamenta preconceito contra o aleitamento materno

Waldemir Barreto/Senado Federal

Eduardo Braga destaca importância da MP 540 para zona industrial de Manaus

Braga vê em Dilma compromisso com Zona Franca

Eduardo Braga (PMDB-AM) agradeceu à presidente Dilma Rousseff por seu compromisso com a manutenção dos incentivos fiscais para o Polo Industrial de Manaus. A presidente determinou a inclusão, na Medida Provisória 540/11, de ações que assegurem competitividade aos produtos da região.

Entre outros pontos, a MP institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que concede dez anos de isenção do Imposto de Renda aos fabricantes de máquinas, instrumentos e dispositivos baseados em tecnologia digital e voltados para o programa de inclusão digital.

O senador registrou ainda que Dilma já disse que os benefícios fiscais da Zona Franca, que terminarão em 2023, deverão ser prorrogados por mais 50 anos.

Flexa Ribeiro: ICMS sobre energia prejudica o Pará

Waldemir Barreto/Senado Federal

Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que a bancada paraense está de "braços abertos" para a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Ele cobrou, no entanto, mudanças na cobrança do ICMS no que diz respeito à oferta de energia, já que, afirmou, o modelo prejudica o Pará.

O estado é penalizado porque o ICMS sobre energia é cobrado do consumidor final, e não na geração, o que faz com que o Pará exporte sua energia "sem obter nenhuma vantagem sobre isso", explicou, apontando que as tentativas de mudar a Constituição "para fazer justiça aos estados geradores" de energia foram em vão.

– Não conseguimos entender por que, em energia e combustíveis, o ICMS é [cobrado] no consumo, e não na produção – afirmou o presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento das Obras de Belo Monte.

Anibal comemora ligação rodoviária com o Pacífico

Moreira Mariz/Senado Federal

Anibal Diniz

Anibal Diniz (PT-AC) informou que o acesso rodoviário ao oceano Pacífico já é realidade, com a inauguração, em 15 de julho, da ponte sobre o rio Madre de Dios, no Peru. A rodovia Transpacífico, que liga o Acre aos portos peruanos, de acordo com o senador, custou US$ 1,5 bilhão e foi financiada pelos governos e empresas privadas do Brasil e do Peru.

A BR-317, disse o parlamentar, começa em Rio Branco e alcança a fronteira com o Peru 300 quilômetros depois. A rodovia então se bifurca e faz a ligação com as capitais peruana, Lima, e boliviana, La Paz.

Anibal destacou uma série de programas do canal de notícias a cabo Globo News, que mostrou como a estrada, que atravessa a Floresta Amazônica e os Andes, abre caminho para a integração sul-americana.

Vital aponta crise institucional na Paraíba

Vital do Rêgo (PMDB-PB) criticou o veto parcial do governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012. Segundo o senador, o veto foi a artigos que tratavam do repasse de um percentual da receita líquida do estado aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público, o que já causa uma crise institucional.

– Esse percentual garantia a autonomia, o funcionamento, e era repassado aos Poderes automaticamente – explicou o senador.

Segundo ele, a LDO foi enviada pelo Executivo sem a previsão dos repasses, que eram feitos desde 2007. Na assembleia legislativa, uma emenda incluiu no texto essa previsão, que foi alvo do veto do governador. Para Vital do Rêgo, o veto é injustificado e vai trazer incerteza ao funcionamento dos outros Poderes.

Waldemir Barreto/Senado Federal

Para senador, veto é injustificado e causa incerteza nos outros Poderes